

Uadi Lammêgo Bulos

Professor de Direito Constitucional
Doutor e Mestre em Direito do Estado (PUCSP)
Presidente da Sociedade Brasileira de Direito Constitucional (SBDC)

Curso de DIREITO Constitucional

9ª edição
revista e atualizada de acordo com a
Emenda Constitucional n. 83, de 5-8-2014,
e os últimos julgados do Supremo Tribunal Federal

2015





Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SAC: 0800 011 7875

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção editorial Luiz Roberto Curia

Gerência executiva Rogério Eduardo Alves

Gerência editorial Thais de Camargo Rodrigues

Assistência editorial Poliana Soares Albuquerque

Coordenação geral Clarissa Baraschi Maria

Preparação de originais Maria Izabel Barreiros Bitencourt Bressan e

Ana Cristina Garcia (coords.)

Bianca Miyuki Nakazato

Arte e diagramação Claudirene de Moura Santos Silva

Revisão de provas Amélia Kassis Ward e

Ana Beatriz Fraga Moreira (coords.)

Juliana Barmio de Sousa

Serviços editoriais Elaine Cristina da Silva

Kelli Priscila Pinto

Tatiana dos Santos Romão

Capa Gislaíne Ribeiro

Produção gráfica Mari Rampim

Impressão RR Donnelley

Acabamento RR Donnelley

ISBN 978-85-02-23066-8

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Bulos, Uadi Lammêgo

Curso de direito constitucional / Uadi Lammêgo Bulos. – 9. ed. rev. e atual. de acordo com a Emenda Constitucional n. 83/2014, e os últimos julgados do Supremo Tribunal Federal – São Paulo : Saraiva, 2015.

Bibliografia.

1. Brasil - Constituição (1988) 2. Direito constitucional - Brasil 3. Constituição 4. Direito constitucional 5. Direitos humanos - Brasil 6. Garantias constitucionais I. Título.

14-08897

CDU-342.4

Índices para catálogo sistemático:

- | | |
|--|-------|
| 1. Constituição : Teoria geral : Direito constitucional | 342.4 |
| 2. Teoria geral da Constituição : Direito constitucional | 342.4 |

Data de fechamento da edição: 1º-10-2014

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.

A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

196.894.009.001

968043

SUMÁRIO

Obras do autor.....	5
Abreviaturas e siglas.....	11
Novidades da 9ª edição.....	49
Como estudar Direito Constitucional.....	51
Capítulo 1 — DIREITO CONSTITUCIONAL	
1. A terminologia <i>Direito Constitucional</i>	55
2. Noção de Direito Constitucional.....	56
3. Objeto do Direito Constitucional.....	57
4. Conteúdo do Direito Constitucional.....	58
4.1. Direito Constitucional Positivo.....	59
4.2. Direito Constitucional Comparado.....	59
4.3. Direito Constitucional geral.....	60
4.4. Direito Constitucional material e formal.....	60
4.5. Direito Constitucional Internacional.....	62
4.6. Direito Constitucional Comunitário.....	62
Capítulo 2 — CONSTITUCIONALISMO	
1. Constitucionalismo: palavra recente numa ideia remota.....	64
2. Sentidos do constitucionalismo.....	64
2.1. Constitucionalismo em sentido amplo.....	64
2.2. Constitucionalismo em sentido estrito.....	65
3. Constitucionalismo e estabelecimento de regimes constitucionais.....	66
4. Evolução do constitucionalismo.....	66
4.1. Constitucionalismo primitivo.....	66
4.2. Constitucionalismo antigo.....	68
4.3. Constitucionalismo medieval.....	69
4.4. Constitucionalismo moderno.....	71
4.5. Constitucionalismo contemporâneo.....	76
4.5.1. Neoconstitucionalismo.....	79
a) O que é neoconstitucionalismo.....	80
b) Origem do neoconstitucionalismo.....	80
c) Características do neoconstitucionalismo.....	80
d) Aceções do termo <i>neoconstitucionalismo</i>	81
d.1) Neoconstitucionalismo como modelo axiológico de constituição normativa..	81
d.2) Neoconstitucionalismo como modelo de Estado de Direito, implantado com	
base em determinada forma de organização política.....	81
d.3) Neoconstitucionalismo como conjunto de ideias hauridas de uma “nova”	
Teoria do Direito.....	82
d.3.1) Neoconstitucionalismo em face das teses pós-positivistas.....	82
d.3.2) Neoconstitucionalismo em face da tese do <i>soft positivism</i>	83
d.3.3) Neoconstitucionalismo em face da tese do positivismo inclusivo e suas	
variantes.....	83
d.3.4) Neoconstitucionalismo como ponto de confluência entre o positivis-	
mo, o jusnaturalismo e o realismo jurídico.....	84
d.3.5) Neoconstitucionalismo em face da tese do moralismo jurídico.....	85

d.4) Neoconstitucionalismo como marco histórico, filosófico e teórico.....	86
e) Crítica ao neoconstitucionalismo.....	86
f) Neoconstitucionalismo em seu devido lugar.....	89
4.5.2. Transconstitucionalismo.....	90
a) O que é transconstitucionalismo.....	90
b) Cronologia do transconstitucionalismo.....	91
c) Transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	92
c.1) Características do transconstitucionalismo <i>stricto sensu</i>	93
d) Transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	93
d.1) Características do transconstitucionalismo <i>lato sensu</i>	94
e) Como o transconstitucionalismo pode se apresentar.....	94
f) Transconstitucionalismo na jurisprudência do STF.....	95
f.1) Diálogo transconstitucional do STF com outras Cortes de Justiça.....	96
4.6. Constitucionalismo do porvir.....	97

Capítulo 3 — CONSTITUIÇÃO

1. Teoria da Constituição.....	99
2. Noção de constituição.....	100
3. Constituição e carta constitucional.....	101
4. Grafia da palavra <i>constituição</i>	102
5. Sentidos tradicionais de constituição.....	102
5.1. Constituição sociológica.....	103
5.2. Constituição jurídica.....	103
5.3. Constituição política.....	104
6. Outros sentidos de constituição.....	104
6.1. Constituição jusnaturalista.....	104
6.2. Constituição positivista.....	104
6.3. Constituição marxista.....	105
6.4. Constituição institucionalista.....	105
6.5. Constituição culturalista.....	105
6.6. Constituição estruturalista.....	105
6.7. Constituição biomédica.....	105
6.8. Constituição compromissória.....	106
6.9. Constituição suave.....	106
6.10. Constituição em branco.....	107
6.11. Constituição plástica.....	107
6.12. Constituição empresarial.....	108
6.13. Constituição oral.....	108
6.14. Constituição instrumental.....	108
6.15. Constituição como estatuto do poder.....	109
7. Sentidos contemporâneos de constituição.....	109
7.1. Constituição como ordem material e aberta da comunidade.....	109
7.2. Constituição dirigente.....	109
7.3. Constituição como instrumento de realização da atividade estatal.....	110
7.4. Constituições subconstitucionais ou subconstituições.....	110
7.5. Constituição como documento regulador do sistema político.....	111
7.6. Constituição como processo público.....	111
7.7. Constituição como meio de resolução de conflitos.....	112
7.8. Constituição como garantia do <i>status</i> econômico e social.....	112
7.9. Constituição.com (<i>crowdsourcing</i>).....	112
8. Classificação das constituições.....	113
8.1. Quanto à origem: históricas, democráticas, outorgadas, pactuadas, cesaristas.....	114
8.2. Quanto à essência: normativas, semânticas e nominais.....	115

8.3. Quanto à sistematização: unitárias e variadas	115
8.4. Quanto à ideologia: ortodoxas e ecléticas	116
8.5. Quanto à extensão: sintéticas e analíticas	116
8.6. Quanto ao conteúdo: materiais e formais	116
8.7. Quanto à forma: escritas e não escritas	117
8.8. Quanto ao processo de mudança: rígidas, flexíveis, transitoriamente flexíveis, semirrígidas, fixas e imutáveis	118
9. Classificação da Constituição brasileira	120
9.1. Quanto à origem: democrática	120
9.2. Quanto à essência: nominal	120
9.3. Quanto à sistematização: unitária	120
9.4. Quanto à ideologia: eclética	120
9.5. Quanto à extensão: analítica	120
9.6. Quanto ao conteúdo: formal	121
9.7. Quanto à forma: escrita	121
9.8. Quanto ao processo de mudança: rígida	121
10. Elementos mínimo-irredutíveis das constituições	122
11. Heteroconstituições	124

Capítulo 4 — RIGIDEZ E SUPREMACIA DAS CONSTITUIÇÕES

1. Princípio da rigidez constitucional	126
1.1. Graus da rigidez constitucional	126
a) Grau máximo: constituições super-rígidas	126
b) Grau médio: constituições rígidas	126
c) Grau mínimo: constituições pouco rígidas	127
2. Princípio da supremacia constitucional	128
2.1. Princípio da supremacia na jurisprudência do STF	129
2.2. Reflexos da supremacia constitucional na ordem jurídica	130
2.3. Supremacia formal da constituição	131
2.4. Supremacia material da constituição	131
3. Supremacia constitucional e força normativa da constituição	132
4. Derrotabilidade de normas constitucionais	133
5. Exortação ao dever de obediência à supremacia constitucional	136

Capítulo 5 — INCONSTITUCIONALIDADE DAS LEIS

1. Noção de constitucionalidade e inconstitucionalidade	138
2. Inconstitucionalidade e ilegalidade	140
3. Inconstitucionalidade das leis e atos normativos	140
3.1. Requisitos formais (procedimentais ou instrumentais)	141
a) Requisitos formais subjetivos	141
b) Requisitos formais objetivos	141
3.2. Requisitos materiais (substanciais ou de conteúdo)	142
4. Diferentes tipos de inconstitucionalidade	143
4.1. Inconstitucionalidade formal (instrumental ou extrínseca)	143
4.2. Inconstitucionalidade material (substancial ou intrínseca)	145
4.3. Inconstitucionalidade por ação e por omissão	150
4.4. Inconstitucionalidade total e parcial	153
4.5. Inconstitucionalidade direta e indireta	156
4.6. Inconstitucionalidade antecedente e consequente	158
4.7. Inconstitucionalidade causal	159
4.8. Inconstitucionalidade presente e pretérita	159
4.9. Inconstitucionalidade originária e superveniente	160
4.10. Inconstitucionalidade progressiva: a lei ainda constitucional e as situações constitucionais im perfeitas	163

5. Lei anterior incompatível com a Carta Magna: revogação.....	165
6. Inconstitucionalidade dos atos públicos e privados	166
7. Sanção de inconstitucionalidade	167
7.1. Regime da sanção de nulidade	168
7.2. Regime da sanção de anulabilidade.....	169
8. Recusa dos particulares a cumprir leis inconstitucionais.....	170
8.1. Direito de resistência e desobediência civil dos particulares.....	171
9. Recusa dos Poderes Públicos a cumprir leis inconstitucionais.....	175
10. Bloco de constitucionalidade (ou parâmetro constitucional)	179

Capítulo 6 — CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

1. Noção de controle de constitucionalidade.....	186
1.1. <i>A graphê paranomôn</i>	186
2. Fundamentos do controle de constitucionalidade	187
3. Todo ato inconstitucional é suscetível de controle?	188
4. Espécies do controle de constitucionalidade.....	190
4.1. Controles quanto ao órgão fiscalizador	190
a) Controle político.....	191
b) Controle jurisdicional (judiciário ou jurídico).....	191
c) Controle misto (ecclético ou híbrido).....	192
4.2. Controles quanto ao momento da fiscalização	192
a) Controle preventivo.....	192
b) Controle repressivo	192
5. Sistemas de controle da constitucionalidade.....	192
a) Sistema americano de controle da constitucionalidade.....	193
b) Sistema austríaco de controle da constitucionalidade	195
6. Modelos de controle da constitucionalidade no Direito Comparado.....	197
6.1. Portugal.....	197
6.2. França.....	197
6.3. Alemanha	198
6.4. Espanha.....	199
6.5. Itália	199
7. Modelo brasileiro de controle da constitucionalidade.....	200
7.1. Evolução do modelo brasileiro do controle de constitucionalidade.....	201
a) Constituição de 1824	201
b) Constituição de 1891	201
c) Constituição de 1934	202
d) Constituição de 1937	202
e) Constituição de 1946	203
f) Constituição de 1967 (EC n. 1/69).....	203
g) Constituição de 1988	204
8. Controle jurisdicional de constitucionalidade	204
8.1. Vias jurisdicionais de declaração da inconstitucionalidade	204
8.1.1. Controle difuso da constitucionalidade.....	205
8.1.2. Controle difuso em sede de ação civil pública: possibilidade	207
8.1.3. Matérias afetas ao controle difuso	208
a) Lei ou ato normativo municipal em face das cartas estaduais	208
b) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal	210
c) Leis ou atos normativos distritais	210
d) Espécies normativas (CF, art. 59).....	211
d.1) Emendas constitucionais.....	211
d.2) Medidas provisórias	212
e) Tratados internacionais	213
f) Leis estrangeiras inconstitucionais.....	213

g) Atos normativos privados.....	215
8.1.4. Matérias alheias ao controle difuso	215
a) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF)	215
b) Normas constitucionais originárias	215
c) Ato inconstitucional com efeitos <i>erga omnes</i>	215
d) Crises de legalidade.....	216
e) Leis e atos de efeitos concretos.....	216
f) Súmulas (inclusive as súmulas vinculantes)	216
g) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	216
h) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	216
i) Convenções coletivas de trabalho.....	216
j) Normas regimentais do processo legislativo.....	216
k) Resoluções do CNJ e do CNMP	216
8.1.5. Controle difuso do processo legislativo	217
a) Controle difuso durante o trâmite do processo legislativo	218
b) Controle difuso de normas regimentais: impossibilidade.....	219
c) Controle difuso das propostas de emendas à constituição (PECs)	223
8.1.6. Senado Federal no controle difuso (CF, art. 52, X)	225
a) Campo de aplicação do art. 52, X, da Constituição brasileira.....	225
b) Suspensão da executividade do ato inconstitucional.....	226
c) Abrangência da resolução senatorial: a terminologia “no todo ou em parte”.....	227
d) Impossibilidade de o Senado alterar a resolução por ele editada	228
e) Efeitos da resolução senatorial.....	228
f) O Senado não está obrigado a suspender o ato inconstitucional.....	228
g) O art. 52, X, da Carta Magna sofreu mutação constitucional?	229
8.2. Controle concentrado da constitucionalidade	235
8.2.1. Controle concentrado em sede de ação civil pública: impossibilidade	236
8.2.2. Controle concentrado do processo legislativo: impossibilidade.....	236
8.2.3. Supremo Tribunal Federal no controle concentrado.....	237
8.2.4. Mecanismos do controle concentrado da constitucionalidade	238
8.2.5. Ação direta de inconstitucionalidade interventiva	239
a) Noção.....	240
b) Natureza jurídica	242
c) Particularidades do instituto	242
d) Finalidade.....	243
e) Objeto.....	244
f) Competência	245
g) Ação interventiva no plano estadual.....	245
h) Legitimidade	246
i) Partes.....	246
j) Lei n. 12.562/2011: processo e julgamento.....	247
k) Medida cautelar.....	250
l) Embargos infringentes	251
m) Sentença e julgamento	252
n) Efeitos da decisão do Supremo Tribunal Federal	253
8.2.6. Ação direta de inconstitucionalidade genérica	253
a) Noção.....	254
b) Natureza jurídica	254
c) Finalidade.....	256
d) Competência	257
e) Leis e atos normativos.....	258
f) Matérias que constituem objeto da ação direta genérica	258
f.1) Leis ou atos normativos estaduais.....	259
f.2) Leis ou atos normativos distritais	260

f.3) Decretos autônomos e atos regulamentares	261
f.4) Princípio da razoabilidade.....	263
f.5) Decisões normativas dos tribunais	263
f.6) Espécies normativas	264
f.7) Emendas constitucionais.....	264
f.8) Medidas provisórias	269
f.9) Tratados internacionais	271
f.10)Resoluções do CNJ e do CNMP	273
f.11)Leis de diretrizes orçamentárias.....	273
g) Matérias que não constituem objeto da ação direta genérica	273
g.1) Lei ou ato normativo municipal em face da Carta Federal.....	274
g.2) Leis ou atos normativos revogados (anteriores à CF).....	274
g.3) Atos normativos privados.....	275
g.4) Crises de legalidade.....	275
g.5) Leis e atos de efeitos concretos	276
g.6) Súmulas.....	277
g.7) Ementas de leis diversas de seu conteúdo	277
g.8) Respostas do Tribunal Superior Eleitoral.....	277
g.9) Normas constitucionais originárias	277
g.10) Convenções coletivas de trabalho	279
g.11) Inconstitucionalidade reflexa	279
g.12) Leis estrangeiras inconstitucionais	279
g.13) Propostas legislativas ou projetos de leis.....	279
h) Legitimidade	279
h.1) Legitimidade ativa	280
h.2) Legitimidade passiva	289
i) Advogado-Geral da União: o curador da constitucionalidade.....	289
j) Procurador-Geral da República: o fiscal da lei.....	291
k) Procedimento	292
l) Petição inicial	292
m) Procuração.....	293
n) Prazo para pedido de informações.....	294
o) Requisição de informações adicionais	294
p) Litisconsórcio	295
q) <i>Amicus curiae</i> (Lei n. 9.869/99, art. 7º, § 2º).....	295
r) Impossibilidade de intervenção de terceiros	300
s) Impossibilidade de oposição	300
t) Impossibilidade de desistência	301
u) Arguição de suspeição e impedimento	301
v) Prescrição e decadência	301
w) Tramitação paralela de ações diretas no Tribunal local e no STF	302
x) Medida cautelar.....	302
y) Decisão final.....	307
y.1) Coisa julgada na ação direta de inconstitucionalidade genérica	307
y.2) Ação rescisória nas ações diretas e coisa julgada inconstitucional.....	309
z) Reclamação.....	313
8.2.7. Ação declaratória de constitucionalidade.....	316
a) Noção.....	317
b) Natureza jurídica	317
c) Finalidade.....	317
d) Competência	318
e) Características.....	318
f) Objeto.....	318

g) Legitimidade	319
h) Manifestação do Procurador-Geral da República	320
i) Processo e julgamento.....	321
j) Medida cautelar.....	322
k) Decisão final.....	323
k.1) Efeitos da decisão final.....	323
k.2) Coisa julgada na ação declaratória de constitucionalidade	325
l) Reclamação.....	327
8.2.8. Arguição de descumprimento de preceito fundamental.....	327
a) Noção.....	328
b) Finalidade.....	328
c) Natureza jurídica	329
d) Cabimento	330
d.1) Atos que comportam ADPF	330
d.2) Atos que não comportam ADPF.....	331
e) Subsidiariedade: inexistência de outro meio idôneo	332
f) Que é preceito fundamental?	334
g) Advento da Lei n. 9.882/99.....	335
h) Competência	336
i) Espécies de arguição: preventiva, repressiva, autônoma e incidental	336
j) É inconstitucional o parágrafo único, I, do art. 1º da Lei n. 9.882/99?	337
k) ADPF nas Constituições estaduais: possibilidade	338
l) Legitimidade ativa	338
m) Legitimidade passiva.....	339
n) Pertinência temática.....	339
o) Procedimento	339
p) Medida cautelar.....	339
q) Participação do Ministério Público	340
r) Decisão.....	340
8.2.9. Ação direta de inconstitucionalidade por omissão.....	341
a) Noção.....	342
b) Previsão constitucional	342
c) Previsão infraconstitucional	342
d) Finalidade.....	342
e) Cabimento	342
f) Competência	344
g) Ação por omissão nas Cartas estaduais.....	344
h) Legitimidade ativa e pertinência temática	344
i) Legitimidade passiva.....	344
j) Procedimento	345
k) Prazo	345
l) Medida cautelar.....	346
m) Decisão do STF que declara a omissão inconstitucional.....	346
8.3. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.....	347
8.3.1. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle difuso.....	348
a) Teoria da transcendência dos motivos determinantes no controle difuso.....	349
8.3.2. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade no controle concentrado.....	351
9. Fórmulas de preclusão e efeitos da decisão nos planos normativo e dos atos singulares.....	364
10. Princípios jurisprudenciais regentes do controle concentrado.....	365
a) Princípio da não incidência do efeito vinculante aos atos do Poder Legislativo.....	366
b) Princípio da modulação temporal dos efeitos do controle concentrado de normas	367
c) Princípio da transcendência dos motivos determinantes.....	368
d) Princípio da expansão da sentença declaratória de inconstitucionalidade.....	369

e) Princípio da proibição ao atalhamento constitucional	370
f) Princípio da parcelaridade.....	370
g) Princípio da interpretação conforme à constituição como técnica de controle concentrado de normas	371
h) Princípio da declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução do texto	371
i) Princípio da declaração de inconstitucionalidade sem a pronúncia da nulidade.....	373
j) Princípio da declaração de inconstitucionalidade da norma ainda constitucional, mas em trânsito para a inconstitucionalidade	373
k) Princípio do apelo ao legislador	374
l) Princípio da reserva do impossível.....	374
m) Princípio da reserva do possível.....	377
m.1) Reserva do possível e a Teoria do direito de ter direitos.....	379
11. Controle de constitucionalidade por elevação da causa	381
12. Incidente de arguição de inconstitucionalidade.....	383
13. Cláusula de reserva de plenário (CF, art. 97; CPC, arts. 480 a 482)	386
14. Controle preventivo de constitucionalidade	389
14.1. Colocação da matéria.....	389
14.2. Controle preventivo realizado pelas Comissões de Constituição e Justiça	390
14.3. Controle preventivo realizado pelo Chefe do Poder Executivo (veto jurídico)	391
15. Controle repressivo de constitucionalidade	391
15.1. Colocação da matéria.....	391
15.2. A regra é o Judiciário realizar o controle repressivo de constitucionalidade.....	391
15.3. Casos excepcionais em que o controle repressivo é realizado pelo Legislativo.....	392
15.3.1. Poder congressional de sustar atos normativos do Executivo (CF, art. 49, V)	392
15.3.2. Apreciação congressional de medidas provisórias (CF, art. 62, §§ 3º, 5º e 10)	393

Capítulo 7 — PODER CONSTITUINTE

1. Significado.....	394
2. Concepção clássica: a teoria de Emmanuel Joseph Sieyès	395
3. Formas de manifestação	398
4. Existe um poder constituinte “municipal”?	399
5. Etapa de criação constitucional: o poder constituinte originário	400
5.1. Natureza.....	400
5.2. Características.....	401
5.3. Espécies	402
a) Poder constituinte formal	402
b) Poder constituinte material.....	402
c) Poder constituinte revolucionário	402
5.4. Titularidade.....	403
5.5. Exercício.....	404
5.6. Limites extrajurídicos	405
5.6.1. Limites ideológicos	406
5.6.2. Limites institucionais.....	407
5.6.3. Limites substanciais (transcendentes, imanentes e heterônomos)	407
6. Etapa de reforma constitucional: o poder constituinte derivado	408
6.1. Natureza	408
6.2. Características.....	409
6.3. Espécies	409
6.4. Titularidade e exercício.....	410
6.5. Emenda e revisão: espécies do gênero “reforma constitucional”	410
6.6. Regime jurídico do poder constituinte derivado.....	411
6.7. Limites do poder reformador	411
6.8. Limites expressos	412
6.8.1. Limites formais.....	412

6.8.2. Limites circunstanciais.....	413
6.8.3. Limites materiais	414
a) Cláusulas pétreas	417
b) Extensão das cláusulas pétreas.....	417
c) As cláusulas pétreas podem ser reformuladas?.....	419
d) Eficácia das cláusulas pétreas.....	421
6.9. Limites implícitos.....	421
6.9.1. Limites implícitos aos direitos e garantias fundamentais	422
6.9.2. Limites implícitos à titularidade do poder constituinte originário	422
6.9.3. Limites implícitos à titularidade do poder reformador	422
6.9.4. Limites implícitos ao processo legislativo especial de reforma.....	422
7. Etapa de criação e reforma das cartas estaduais: o poder constituinte decorrente	423
7.1. Natureza.....	423
7.2. Características.....	424
7.3. Espécies	424
a) Poder constituinte decorrente institucionalizador.....	424
b) Poder constituinte decorrente reformador.....	426
7.4. Titularidade e exercício.....	426
7.5. Regime jurídico do poder constituinte decorrente.....	428
7.6. Limites	428
7.6.1. Limites autônomos.....	429
a) Princípios constitucionais sensíveis (ou enumerados)	430
b) Princípios constitucionais organizatórios (ou estabelecidos)	430
c) Princípios constitucionais extensíveis.....	432
7.6.2. Limites heterônomos.....	433
8. Etapa da mutação constitucional: o poder constituinte difuso.....	434
8.1. Natureza.....	434
8.2. Características.....	434
8.3. Manifestação	435
8.4. Mutações constitucionais.....	435
8.4.1. Terminologia.....	436
8.4.2. Como se apresentam.....	436
8.4.3. Categorias	437
8.4.4. Rigidez e mutabilidade	438
8.4.5. Limites das mutações constitucionais.....	439
8.5. Mutações inconstitucionais.....	439
8.6. Manipulações constitucionais	440
8.7. Manipulações inconstitucionais	441
8.8. Ativismo judicial: perigoso veículo de fraude à Constituição.....	442
9. Etapa da criação e reforma das constituições supranacionais: o poder constituinte transnacional.....	444

Capítulo 8 — INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO

1. O que é interpretar a constituição.....	446
2. A interpretação constitucional é indispensável	447
3. A quem compete interpretar a constituição?	447
4. Inexiste interpretação “especificamente” constitucional.....	449
5. Teoria da argumentação na exegese constitucional	451
6. Não há receita pronta e acabada para interpretar a constituição	453
7. Métodos de interpretação constitucional.....	455
7.1. Métodos clássicos de interpretação constitucional	455
7.1.1. Os problemas jurídicos sob a lente da constituição	457
7.2. Métodos modernos de interpretação constitucional	458
8. Princípios de interpretação constitucional.....	459
a) Princípio da unidade da constituição	459

b) Princípio da correção funcional.....	459
c) Princípio da concordância prática (ou da harmonização)	460
d) Princípio da eficácia integradora (ou do efeito integrador)	460
e) Princípio da força normativa da constituição	461
f) Princípio da máxima efetividade	461
g) Princípio da razoabilidade (ou da proporcionalidade)	461
h) Princípio da conformidade (ou da justeza constitucional)	461
9. Técnicas de interpretação constitucional	463
a) Técnica da ponderação de valores (ou interesses).....	463
b) Técnica da otimização de princípios.....	467
c) Técnica da filtragem constitucional.....	467
10. Postulado do legislador racional.....	468
11. Síndrome da interpretação retrospectiva das constituições.....	469
12. Interpretação inconstitucional de leis “constitucionais”	469
13. Interpretação constitucional de leis “inconstitucionais”	470
14. Interpretação conforme à constituição	470
a) Interpretação conforme com redução do texto	474
b) Interpretação conforme sem redução do texto.....	474

Capítulo 9 — APLICABILIDADE E EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

1. Aplicabilidade constitucional.....	476
2. Eficácia constitucional	476
3. Eficácia normativa das constituições	477
4. Eficácia social das constituições	478
5. Classificação da aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais	478
a) Normas constitucionais de eficácia absoluta e aplicabilidade imediata.....	479
b) Normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade imediata	480
c) Normas constitucionais de eficácia contida e aplicabilidade imediata	481
c.1) Enquadramento eficaz do art. 5º, § 1º, da Carta de 1988	482
d) Normas constitucionais de eficácia limitada e aplicabilidade diferida	482
d.1) Normas limitadas por princípio institutivo.....	483
d.2) Normas limitadas por princípio programático.....	484
e) Normas constitucionais de eficácia esvaída e aplicabilidade esgotada.....	485
f) Normas constitucionais de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	487
6. Imperatividade eficaz das normas constitucionais.....	487
7. Efeitos temporais da norma constitucional	488
a) Princípio da recepção.....	489
b) Princípio da recepção material	489
c) Princípio da revogação	490
d) Princípio da repristinação	490
e) Princípio da desconstitucionalização	491

Capítulo 10 — CARACTERÍSTICAS DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS

1. Panorama das nossas constituições.....	492
2. Constituição de 1824	492
3. Constituição de 1891	494
4. Constituição de 1934	495
5. Constituição de 1937	495
6. Constituição de 1946	496
7. Constituição de 1967	497
7.1. Emenda Constitucional n. 1/69 à Constituição de 1967.....	498
8. Constituição de 1988	499

Capítulo 11 — PREÂMBULO CONSTITUCIONAL

1. Significado.....	502
2. Natureza jurídica	503

3. Não há inconstitucionalidade por violação do preâmbulo.....	504
4. Mensagem preambular da Constituição de 1988	504
5. Evocação à Divindade.....	505
Capítulo 12 — PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	
1. Que são princípios fundamentais.....	507
2. Princípios fundamentais da República Federativa do Brasil	508
3. Objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil	520
4. Princípios regentes das relações internacionais da República brasileira.....	521
5. Idioma oficial e símbolos da República Federativa do Brasil.....	524
Capítulo 13 — DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	
1. Teoria geral dos direitos e garantias fundamentais.....	526
2. Que são direitos fundamentais.....	526
3. Natureza jurídica dos direitos e garantias fundamentais	527
4. Finalidades dos direitos fundamentais: defesa e instrumentalização.....	527
5. Declarações de direitos fundamentais	527
6. Gerações dos direitos fundamentais	528
6.1. Gerações, famílias e dimensões dos direitos fundamentais.....	528
a) Direitos fundamentais de primeira geração: direitos individuais.....	529
b) Direitos fundamentais de segunda geração: direitos sociais, econômicos e culturais.....	529
c) Direitos fundamentais de terceira geração: direitos de fraternidade ou solidariedade	529
d) Direitos fundamentais de quarta geração: direito dos povos	530
e) Direitos fundamentais de quinta geração: direito à paz	530
f) Direitos fundamentais de sexta geração: direito à democracia, à informação e ao pluralismo político.....	531
7. Direitos não se confundem com garantias fundamentais.....	532
8. Classificação das garantias fundamentais na Constituição de 1988	533
9. Abrangência dos direitos e garantias fundamentais.....	533
10. Características dos direitos e garantias fundamentais.....	534
11. Os direitos e garantias fundamentais, em regra, são relativos.....	534
12. Destinatários dos direitos e garantias fundamentais.....	536
12.1. O estrangeiro e as liberdades públicas	536
12.2. Pessoa jurídica e liberdades públicas.....	537
12.3. Empresas estrangeiras e liberdades públicas.....	538
12.4. Quase pessoas jurídicas e liberdades públicas	538
13. Caráter vinculante dos direitos e garantias fundamentais	539
a) Vinculação legislativa.....	539
b) Vinculação executiva.....	539
c) Vinculação jurisdicional.....	540
14. Eficácia e aplicabilidade dos direitos e garantias fundamentais	540
14.1. Eficácia horizontal dos direitos e garantias fundamentais	541
14.2. Eficácia horizontal e harmonização de interesses em disputa	542
15. Direitos e deveres individuais e coletivos.....	543
16. Direito à vida (art. 5º, <i>caput</i>)	543
16.1. Aborto.....	545
16.2. Anencefalia.....	545
16.3. Eutanásia.....	549
16.3.1. “Morte digna”: a experiência norte-americana	550
16.4. Suicídio	551
16.5. Pena de morte.....	551
16.6. Clonagem.....	553
17. Princípio da igualdade (art. 5º, <i>caput</i>)	554
a) Ações afirmativas	555
b) Política de cotas na UnB: a ADPF 186	557

17.1. Objetivos do princípio da igualdade: posição do STF	560
17.2. Igualdade formal e igualdade material.....	561
17.3. Igualdade perante a lei e igualdade na lei	561
17.4. Limite de idade em concurso público e princípio da igualdade	562
17.5. Igualdade entre homens e mulheres	562
17.6. Igualdade entre sexos e admissão em emprego: a Lei n. 9.029/95.....	563
17.7. Prerrogativa de foro em ações de separação judicial e divórcio direto.....	563
18. Princípio constitucional da legalidade (arts. 5º, II, 37, <i>caput</i> , e 84, IV).....	564
18.1. Legalidade e reserva legal	565
18.2. Princípio da legalidade e outorga do poder regulamentar	566
19. Proibição à tortura (art. 5º, III)	566
20. Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV).....	567
20.1. Vedação constitucional ao anonimato: posição do STF	569
21. Direito de resposta (art. 5º, V).....	570
22. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem (art. 5º, X).....	572
22.1. Vida privada e intimidade.....	572
22.2. Honra.....	573
22.3. Imagem	573
23. Indenização por dano material, moral, estético e à imagem (art. 5º, V e X).....	574
23.1. Dano material	574
23.2. Dano moral	575
23.3. Dano estético.....	576
23.4. Dano à imagem	577
24. Liberdade de consciência, de religião e de convicção (art. 5º, VI e VIII)	577
24.1. Escusa de consciência	578
25. Assistência religiosa (art. 5º, VII)	580
26. Liberdade de expressão (art. 5º, IX)	580
26.1. Limites à liberdade de expressão.....	581
27. Inviolabilidade de domicílio (art. 5º, XI)	582
27.1. Dia e noite para fins de inviolabilidade domiciliar	584
27.2. Inviolabilidade domiciliar e Fisco.....	585
27.3. Inviolabilidade domiciliar e princípio da reserva de jurisdição.....	585
28. Direito ao sigilo (art. 5º, XII)	586
28.1. Sigilo de correspondência	588
28.2. Sigilo das comunicações telegráficas.....	589
28.3. Sigilo das comunicações de dados	589
a) Sigilo bancário.....	590
b) Sigilo fiscal	593
c) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelas CPLs.....	594
d) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pela Receita Federal	595
e) Quebra dos sigilos bancário e fiscal pelo Ministério Público.....	598
28.4. Sigilo das comunicações telefônicas.....	600
a) Interceptação telefônica	600
a.1) Considerações sobre a Lei n. 9.296/96 (interceptações telefônicas)	601
b) Interceptação telefônica em face do sigilo profissional.....	604
c) Gravação clandestina	605
c.1) Absurdo que deve ser combatido	608
c.2) Quando uma gravação como meio de prova é válida.....	609
28.5. Sigilo das comunicações telemáticas.....	610
29. Direito de reunião (art. 5º, XVI)	611
30. Direito de associação (art. 5º, XVII a XXI).....	613
31. Direito de propriedade (art. 5º, XXII)	615
32. Função social da propriedade (arts. 5º, XXIII; 170; 182, § 2º; e 186, <i>caput</i>).....	617
33. Desapropriação (art. 5º, XXIV)	617

34. Direito de requisição (art. 5º, XXV)	620
35. Garantia à pequena propriedade rural (art. 5º, XXVI)	622
36. Proteção aos direitos autorais (art. 5º, XXVII e XXVIII, <i>a e b</i>)	622
37. Proteção à propriedade industrial (art. 5º, XXIX)	624
38. Direito de herança (art. 5º, XXX)	624
39. Sucessão de bens de estrangeiros situados no Brasil (art. 5º, XXXI).....	624
40. Defesa do consumidor (arts. 5º, XXXII, e 170, V).....	625
41. Liberdade de informação (art. 5º, XIV e XXXIII).....	626
41.1. Liberdade de acesso à informação (art. 5º, XIV)	626
a) Sigilo da fonte	626
b) O jornalista e a proteção do sigilo da fonte	626
41.2. Direito de receber informações dos órgãos públicos (art. 5º, XXXIII)	627
a) Decreto n. 5.301/2004	628
b) Decreto n. 5.584/2005	629
c) Lei n. 12.527/2011	629
42. Inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV)	629
43. Garantia da estabilidade das relações jurídicas (art. 5º, XXXVI).....	633
43.1. Direito adquirido.....	633
a) Como funciona a garantia do direito adquirido	634
b) Consequências processuais advindas do direito adquirido	635
c) Direito adquirido e regime jurídico de instituto de direito	635
d) Direito consumado, expectativa de direito e simples faculdades legais.....	636
43.2. Ato jurídico perfeito	637
43.3. Coisa julgada	638
43.4. Preservação de situações de fato	639
44. Tribunal do Júri (art. 5º, XXXVIII)	639
44.1. Plenitude de defesa (art. 5º, XXXVIII, <i>a</i>).....	640
44.2. Sigilo das votações (art. 5º, XXXVIII, <i>b</i>).....	641
44.3. Soberania dos veredictos e recorribilidade da decisão (art. 5º, XXXVIII, <i>c</i>)	641
44.4. Competência do júri quanto aos crimes dolosos contra a vida (art. 5º, XXXVIII, <i>d</i>)	642
44.5. Competências especiais por prerrogativa de função	643
45. Garantias constitucionais criminais.....	645
45.1. Legalidade e anterioridade da lei penal incriminadora (art. 5º, XXXIX).....	645
45.2. Retroatividade da lei penal (art. 5º, XL).....	646
45.3. Discriminação a direitos e liberdades fundamentais (art. 5º, XLI)	647
45.4. Prática de racismo (art. 5º, XLII)	648
45.5. Crimes inafiançáveis e insuscetíveis de graça ou anistia (art. 5º, XLIII)	648
45.6. Ação de grupos armados, civis e militares (art. 5º, XLIV)	651
45.7. Intransmissibilidade das penas (art. 5º, XLV).....	652
45.8. Individualização das penas (art. 5º, XLVI)	652
45.9. Cumprimento das penas (art. 5º, XLVIII)	654
45.10. Prerrogativas dos presos (art. 5º, XLIX, L, LXII a LXVI, LXXV).....	654
a) Análise da prisão preventiva na ordem constitucional brasileira.....	656
45.11. Identificação criminal (art. 5º, LVIII)	659
a) Advento da Lei n. 12.037/2009.....	660
b) Os não identificados civilmente	660
c) Como atestar a identificação civil	661
d) O que se inclui na identificação criminal	661
e) Direito de requerer a retirada da identificação fotográfica do inquérito ou processo	661
f) Revogação da Lei n. 10.054, de 7-12-2000.....	661
45.12. Ação penal privada subsidiária (art. 5º, LIX).....	662
45.13. Regra da não prisão (art. 5º, LXI).....	664
45.14. Prisão civil por dívida (art. 5º, LXVII).....	664
a) Descumprimento de obrigação alimentar	668

b) Prisão civil e prestação alimentícia em atraso.....	668
c) Prisão civil do devedor fiduciário	668
46. Extradicação (art. 5º, LI e LII).....	669
46.1. Regras constitucionais para a extradicação.....	670
46.2. Requisitos legais para a extradicação.....	672
46.3. Competência para processar e julgar o extraditando.....	674
46.4. Deveres do Estado requerente da extradicação.....	674
46.5. Pedido de extensão: entendimento do STF.....	675
46.6. Papel do Supremo Tribunal Federal na extradicação	675
46.7. Pedido extradicional: procedimento.....	676
46.8. Prisão no procedimento extradicional	677
46.9. Legalidade do ato concessivo de refúgio e natureza dos crimes imputados ao extraditando: o “caso Cesare Battisti”	678
46.9.1. Reflexões sobre o “caso Cesare Battisti”.....	681
46.10. Expulsão.....	683
46.11. Extradicação e expulsão de estrangeiro com cônjuge e filhos brasileiros.....	684
47. Devido processo legal (art. 5º, LIV).....	685
47.1. Funcionamento e importância do devido processo legal.....	686
47.2. Qual a amplitude do devido processo legal?	686
47.3. Princípios constitucionais derivados do devido processo legal	688
a) Princípio implícito do duplo grau de jurisdição	689
b) Princípio da razoabilidade.....	691
c) Princípios do juiz e do promotor natural (art. 5º, XXXVII e LIII)	692
d) Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV)	695
d.1) Interrogatório por videoconferência	698
e) Princípio da proibição da prova ilícita (art. 5º, LVI).....	699
e.1) Uso excepcional das provas ilícitas e princípio da proporcionalidade.....	701
e.2) Convalidação das provas ilícitas em nome da legítima defesa	703
e.3) Provas ilícitas por derivação: frutos da árvore envenenada	704
f) Princípio da motivação das decisões (art. 93, IX e X).....	706
g) Princípio da publicidade (arts. 5º, LX, e 93, IX)	709
g.1) Mudança de voto depois de proclamado o resultado do julgamento	710
h) Princípio da razoável duração do processo (art. 5º, LXXVIII)	711
i) Princípio da presunção de inocência (art. 5º, LVII).....	713
48. Tratados internacionais e direitos fundamentais (art. 5º, § 2º)	717
48.1. Princípio da não tipicidade constitucional	717
48.2. Incorporação dos tratados internacionais na ordem jurídica brasileira	718
a) Regime jurídico do art. 5º, § 2º, da CF: o novo entendimento do STF	720
b) Regime jurídico do art. 5º, § 3º, da CF: equivalência com as emendas constitucionais	722
49. Tribunal Penal Internacional (art. 5º, § 4º).....	725
49.1. Estatuto de Roma e prisão de chefe de Estado Estrangeiro	725
50. Pacto de San José da Costa Rica em face da Constituição brasileira.....	728
a) Finalidades do Pacto de San José da Costa Rica	729
b) Pontos de interseção entre o Pacto de San José da Costa Rica e a Constituição brasileira....	729
c) Temas decididos pelo STF com base no Pacto de San José da Costa Rica.....	730
Capítulo 14 — INSTRUMENTOS DE TUTELA DAS LIBERDADES	
1. Que são instrumentos de tutela das liberdades?.....	732
2. Direito de petição (art. 5º, XXXIV, <i>a</i>).....	733
3. Direito de certidão (art. 5º, XXXIV, <i>b</i>).....	735
4. <i>Habeas corpus</i> (art. 5º, LXVIII).....	737
4.1. Perfil do <i>habeas corpus</i>	739
4.2. Pressupostos constitucionais de impetração.....	744

4.3. Legitimidade ativa no <i>habeas corpus</i>	745
4.4. Legitimidade passiva no <i>habeas corpus</i>	747
4.5. Ato de particular	748
4.6. Ato de Tribunais Regionais Federais ou Tribunais estaduais	748
4.7. Ato ilegal imputado a promotor de justiça	750
4.8. Ato de membro do Ministério Público Federal	750
4.9. Ato de Turma Recursal de Juizados Especiais Criminais	751
4.10. Ato de juiz especial nos Juizados Especiais Criminais	752
4.11. Punições disciplinares militares	752
4.12. Coação ilegal atribuída a Turma do STF	753
4.13. Liminar em <i>habeas corpus</i>	753
4.14. Empate no <i>habeas corpus</i> : favorecimento ao paciente	753
4.15. <i>Habeas corpus</i> e recurso ordinário: ajuizamento simultâneo	753
4.16. <i>Habeas corpus</i> e substituição de recurso ordinário constitucional	754
5. Mandado de segurança (art. 5º, LXIX)	754
5.1. Perfil do mandado de segurança	755
5.2. Cabimento do mandado de segurança	757
5.3. Legitimidade ativa no mandado de segurança (impetrante)	760
5.4. Legitimidade passiva no mandado de segurança (impetrado)	761
5.5. Autoridade coatora no mandado de segurança (coator)	762
5.6. Procedimento	764
a) Petição inicial	764
5.7. Prazo para impetração	766
5.8. Competência	767
a) Competência do Supremo Tribunal Federal	768
a.1) Excepcionalmente, compete ao STF julgar <i>mandamus</i> contra ato da própria Corte ...	768
b) Competência do Superior Tribunal de Justiça	769
c) Competência dos Tribunais Regionais Federais	769
d) Competência dos juizes federais	769
e) Competência dos Juizados Especiais	769
5.9. Liminar em mandado de segurança	769
a) Disciplina da medida liminar na Lei n. 12.016/2009	770
6. Desistência da ação de segurança	772
7. Mandado de segurança coletivo (art. 5º, LXX)	773
7.1. Regime jurídico	773
7.2. Natureza	774
7.3. Finalidade: defender direitos coletivos e individuais homogêneos	774
7.4. Objeto: não se exige que o direito seja peculiar à classe	775
7.5. Impetração simultânea do <i>writ</i> coletivo e individual: possibilidade	777
7.6. Legitimidade ativa (impetrantes)	777
a) Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	778
b) Sindicatos, entidades de classe e associações	780
7.7. Legitimidade passiva	781
7.8. <i>Writ</i> coletivo e litisconsórcio	781
7.9. Coisa julgada	781
7.10. Liminar em <i>writ</i> coletivo	782
8. Mandado de injunção (art. 5º, LXXI)	782
8.1. Antecedentes	783
8.2. Natureza jurídica	783
8.3. Mandado de injunção e ADIn por omissão	783
8.4. Requisitos	784
8.5. Objeto	784
8.6. Legitimidade ativa	786

a) Mandado de injunção coletivo.....	786
b) Impetração pelo Ministério Público.....	787
8.7. Legitimidade passiva.....	787
8.8. Procedimento.....	788
8.9. Medida liminar.....	789
8.10. Competência.....	789
8.11. Decisão.....	790
8.12. Efeitos do mandado de injunção.....	791
a) Avaliação do novo posicionamento do STF quanto ao mandado de injunção.....	793
9. <i>Habeas data</i> (art. 5º, LXXII).....	793
9.1. Antecedentes.....	794
9.2. Natureza jurídica.....	794
9.3. Finalidades.....	794
9.4. Cabimento.....	795
a) Imprescindibilidade do interesse de agir.....	795
b) <i>Habeas data</i> e dados sigilosos da sociedade e do Estado.....	796
9.5. Legitimidade ativa.....	797
a) Impetração em nome de terceiros.....	797
b) <i>Habeas data</i> coletivo.....	797
9.6. Legitimidade passiva.....	798
9.7. Competência.....	798
9.8. Procedimento (Lei n. 9.507/97).....	800
10. Ação popular (art. 5º, LXXIII).....	801
10.1. Origem.....	802
10.2. Perfil constitucional.....	802
10.3. Finalidade: defender interesses difusos.....	803
10.4. Objeto: combater atos lesivos e ilegais.....	803
10.5. Legitimidade ativa.....	805
10.6. Legitimidade passiva.....	806
10.7. Competência.....	806
10.8. Sentença e coisa julgada.....	808
10.9. Isenção de custas e ônus da sucumbência.....	808

Capítulo 15 — DIREITOS SOCIAIS

1. Direitos sociais: noção e funcionamento.....	809
2. Finalidade dos direitos sociais.....	809
3. Natureza dos direitos sociais.....	809
4. Sujeito passivo dos direitos sociais.....	810
5. Classificação dos direitos sociais.....	810
6. Efetividade e proteção dos direitos sociais.....	810
7. Direitos sociais e direitos dos trabalhadores.....	811
8. Previsão constitucional dos direitos sociais (art. 6º).....	812
8.1. Alimentação como direito social básico: a Emenda Constitucional n. 64/2010.....	814
9. Direitos dos trabalhadores urbanos e rurais (art. 7º).....	815
9.1. Direitos dos trabalhadores domésticos: a Emenda Constitucional n. 72, de 2-4-2013.....	830
10. Liberdade de associação profissional e sindical (art. 8º).....	831
10.1. Princípios constitucionais da liberdade associativa (art. 8º, I a VIII).....	832
10.2. Contribuições confederativa e sindical.....	835
11. Direito de greve (art. 9º).....	836

Capítulo 16 — DIREITO DE NACIONALIDADE

1. Significado.....	839
2. Noções correlatas à nacionalidade.....	839
3. Brasileiros natos e naturalizados.....	840

a) Brasileiro nato	840
b) Brasileiro naturalizado	840
4. Tipos de nacionalidade: originária e secundária	841
4.1. Aquisição da nacionalidade originária	841
a) Regra do <i>ius solis</i> ou <i>ius loci</i> (art. 12, I, <i>a</i>)	842
b) Regra do <i>ius sanguinis</i> + critério funcional (art. 12, I, <i>b</i>)	842
c) Regra da nacionalidade potestativa: <i>ius sanguinis</i> + critério residencial + opção confirmativa (art. 12, I, <i>c</i>)	843
c.1) Nacionalidade potestativa e opção	843
c.2) Nacionalidade potestativa antes da Carta de 1988	844
c.3) Nacionalidade potestativa depois da Carta de 1988	844
c.4) ECR n. 3/94: supressão do critério <i>ius sanguinis</i> + registro	844
c.5) EC n. 54/2007: registro em repartição competente e maioria (18 anos completos)	845
4.2. Aquisição da nacionalidade secundária	847
4.2.1. Polipátridas e apátridas (ou <i>Heimatlos</i>)	847
a) Polipátridas e os conflitos positivos de nacionalidade	847
b) Apátridas e os conflitos negativos de nacionalidade	848
4.2.2. Tipos de naturalização	848
a) Naturalização tácita (ou grande naturalização)	849
b) Naturalização expressa (explícita ou taxativa)	849
b.1) Naturalização ordinária (ou comum)	849
b.1.1) Quase nacionalidade	850
b.2) Naturalização extraordinária (ou quinquenária)	853
4.2.3. Radicação precoce e conclusão de curso superior	854
5. A lei não pode distinguir brasileiros natos e naturalizados	855
a) Extradicação (CF, art. 5º, LI)	856
b) Cargos (CF, art. 12, § 3º)	856
c) Função (CF, art. 89, VII)	857
d) Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora, de sons e imagens (CF, art. 222) ...	857
6. Perda da nacionalidade	858
6.1. Ação de cancelamento de naturalização (perda-punição)	858
6.2. Naturalização voluntária (perda-mudança)	859
a) Reconhecimento da nacionalidade originária pela lei estrangeira	859
b) Imposição de naturalização pela norma estrangeira	860
6.3. Nacionalidade adquirida com fraude à lei	860
6.4. Exclusão de hipótese da Carta de 1967	860
7. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida	860
Capítulo 17 — DIREITOS POLÍTICOS	
1. Que são direitos políticos	862
2. Como se classificam os direitos políticos	862
3. Direitos políticos positivos	862
3.1. Direito de sufrágio	863
a) Natureza jurídica do sufrágio	863
b) Espécies de sufrágio	864
c) Direito de sufrágio e as capacidades eleitorais ativa e passiva	865
c.1) Elegibilidade	866
c.2) Condições de elegibilidade (CF, art. 14, § 3º)	866
d) Exercício do sufrágio: o direito de voto	868
d.1) Natureza do voto	869
d.2) Características do voto	869
d.3) Plebiscito e referendo: formas de exercer o direito de voto	870
e) Eleitorado	872
e.1) Impossibilidade de “corpos eleitorais”	872

3.2. Sistemas eleitorais	872
a) Sistema majoritário	873
b) Sistema proporcional	873
c) Sistema misto	874
3.3. Procedimento eleitoral	875
4. Direitos políticos negativos	875
4.1. Inelegibilidades	876
4.1.1. Panorama das inelegibilidades na Constituição de 1988	876
a) Inelegibilidades absolutas	877
b) Inelegibilidades relativas	877
b.1) Inelegibilidade funcional por motivo de reeleição (art. 14, § 5º)	878
b.2) Inelegibilidade funcional por motivo de desincompatibilização (art. 14, § 6º)	882
b.3) Inelegibilidade reflexiva — casamento, parentesco ou afinidade (art. 14, § 7º)	886
b.4) Inelegibilidades militares (art. 14, § 8º)	891
b.5) Inelegibilidades legais (art. 14, § 9º)	892
4.2. Privação dos direitos políticos	896
4.2.1. Perda dos direitos políticos	897
4.2.2. Suspensão dos direitos políticos	898
a) Condenação criminal transitada em julgado (CF, art. 15, III): conclusões do STF e do TSE	899
b) Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato de parlamentares federais	901
c) Condenação criminal transitada em julgado e a Lei Complementar n. 64/90 (art. 1º, I, e)	902
5. Reaquisição dos direitos políticos	903
5.1. Reaquisição dos direitos políticos perdidos	903
5.2. Reaquisição dos direitos políticos suspensos	903
6. Princípio da anualidade eleitoral	903
a) Exceção ao princípio da anualidade eleitoral: hipótese de eleição indireta	905
6.1. Criação de Município em ano eleitoral: impossibilidade	905
7. Cassação dos direitos políticos	906
7.1. Cumprimento imediato das decisões da Justiça Eleitoral	906
8. Impugnação de mandato eletivo	906
8.1. Ação de impugnação de mandato eletivo	907
9. Princípio da fidelidade partidária	908
10. Renúncia a mandato parlamentar e coligação	911

Capítulo 18 — PARTIDOS POLÍTICOS

1. Que são partidos políticos?	912
2. Origem dos partidos políticos	912
3. Partidos políticos na Constituição de 1988	912
4. Criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos	913
5. Autonomia partidária	915
6. Registro partidário	916
7. Recursos do fundo partidário e propaganda eleitoral	916
8. Partidos políticos e organizações paramilitares	918
9. Inconstitucionalidade da cláusula de barreira	918
10. Do princípio da verticalização das coligações partidárias à regra da não obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas (CF, art. 17, § 1º)	918

Capítulo 19 — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

1. Organização político-administrativa e divisão espacial do poder	922
2. Federação	922
2.1. O Estado Federal brasileiro	924

2.2. Princípio da indissolubilidade do pacto federativo (CF, arts. 1º, <i>caput</i> , e 18, <i>caput</i>).....	925
2.3. Princípio implícito da simetria federativa.....	925
2.4. Federalismo assimétrico (CF, arts. 23; 43; 151, I; 155, I, <i>b</i> , § 2º, VI e XII, <i>g</i>).....	926
3. Entidades componentes da federação brasileira.....	927
4. União.....	927
4.1. Bens da União (CF, art. 20, I a XI).....	928
4.2. Participação em recursos minerais (CF, art. 20, § 1º).....	930
4.3. Faixa de fronteira (CF, art. 20, § 2º).....	930
4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento (CF, art. 43, §§ 1º a 3º).....	931
5. Estados.....	932
5.1. Autonomia estadual (CF, art. 25).....	933
5.1.1. Organização dos governos estaduais (CF, arts. 27, 28 e 125).....	935
5.2. Bens dos Estados (CF, art. 26, I a IV).....	938
5.3. Formação de Estados (CF, art. 18, § 3º).....	938
5.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões (CF, art. 25, § 3º).....	939
6. Municípios.....	940
6.1. Autonomia municipal (CF, arts. 1º, <i>caput</i> ; 18, <i>caput</i> ; 29; 30 e 34, VII, <i>c</i>).....	941
6.2. Lei orgânica municipal (CF, art. 29).....	942
6.3. Organização dos governos municipais (CF, arts. 29 e 29-A).....	943
a) Eleição e posse de prefeitos, vice-prefeitos e vereadores (CF, art. 29, I a III).....	943
b) Remuneração de prefeitos, vice-prefeitos e secretários municipais (CF, art. 29, V).....	943
c) Prefeito — perda do mandato (CF, art. 29, XIV).....	944
d) Julgamento do prefeito — foro especial por prerrogativa de função (CF, art. 29, X).....	944
d.1) Competência dos Tribunais de Justiça.....	945
d.2) Competência das Câmaras de Vereadores.....	947
d.3) Competência dos Tribunais Regionais Eleitorais.....	947
d.4) Competência dos Tribunais Regionais Federais.....	947
d.5) Competência dos juízes de direito.....	948
e) Crime de responsabilidade do prefeito (CF, art. 29-A, § 2º).....	949
f) Número de vereadores por Município (CF, art. 29, IV).....	950
f.1) Primeira redação do art. 29, IV, advinda da manifestação constituinte originária de 1988.....	950
f.2) Segunda redação do art. 29, IV, proveniente da Emenda Constitucional n. 58/2009.....	952
f.2.1) Inconstitucionalidade do art. 3º, I, da Emenda Constitucional n. 58/2009... ..	952
f.2.1.1) Decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Goiás.....	954
f.2.1.2) ADIns no Supremo Tribunal Federal.....	954
g) Remuneração de vereadores (CF, art. 29, VI e VII).....	957
h) Imunidade material dos vereadores (CF, art. 29, VIII).....	959
i) Proibições e incompatibilidades dos vereadores (CF, art. 29, IX).....	961
j) Crime de responsabilidade do Presidente da Câmara de Vereadores (CF, art. 29-A, § 3º)...	961
k) Funções legislativas e fiscalizatórias da Câmara Municipal (CF, art. 29, XI).....	962
l) Cooperação no planejamento do Município (CF, art. 29, XII).....	962
m) Iniciativa popular de projetos de lei (CF, art. 29, XIII).....	962
6.4. Fiscalização do Município (CF, art. 31, §§ 1º a 4º).....	962
6.5. Formação de Municípios (CF, art. 18, § 4º — redação dada pela EC n. 16/96).....	963
6.5.1. Emenda Constitucional n. 57/2008.....	965
7. Distrito Federal.....	966
7.1. Natureza.....	966
7.2. Brasília — Capital Federal.....	966
7.3. Autonomia.....	967
7.4. Governo do Distrito Federal.....	969
8. Vedações constitucionais de natureza federativa.....	970
9. Territórios Federais.....	971

9.1. Natureza autárquica.....	972
9.2. Como surgiram os Territórios Federais.....	972
9.3. Não mais existem Territórios Federais no Brasil	972
a) Os novos Estados de Roraima e Amapá	972
b) Fernando de Noronha: Distrito do Estado de Pernambuco	973
9.4. Podem ser criados novos Territórios Federais no Brasil.....	974
10. Competências federativas.....	975
10.1. Repartição de competências federativas.....	976
a) Princípio da predominância do interesse.....	976
b) Técnicas de repartição de competências	976
10.2. Panorama das competências federativas na Constituição de 1988	977
10.3. Competências da União.....	980
a) Competências administrativas da União (CF, art. 21, I a XXV)	980
a.1) Emenda Constitucional n. 69, de 29 de março de 2012	983
b) Competências legislativas da União (CF, art. 22, I a XXIX)	983
10.4. Competências dos Estados.....	988
a) Competência remanescente ou reservada (CF, art. 25, § 1º).....	989
b) Competência enumerada (CF, arts. 18, § 4º, e 25, §§ 2º e 3º).....	989
c) Competência delegada (CF, art. 22, parágrafo único).....	989
d) Competência concorrente (CF, art. 24, I a XVI)	990
e) Competência suplementar (CF, art. 24, §§ 1º a 4º)	990
10.5. Competências do Distrito Federal.....	990
10.6. Competências dos Municípios	991
10.7. Competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.....	993
10.8. Competência concorrente da União, Estados e Distrito Federal	994
10.9. Competência suplementar dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios	997
11. Intervenção.....	999
11.1. Intervenção da União nos Estados, no Distrito Federal ou nos Municípios situados em Territórios Federais	1000
a) Pressupostos materiais da intervenção federal (CF, art. 34, I a VII)	1001
b) Pressupostos formais da intervenção federal (CF, art. 36, I a III)	1004
c) Procedimento da intervenção federal	1005
c.1) Fase inicial.....	1005
c.2) Fase judicial.....	1005
c.3) Fase do decreto interventivo	1006
c.4) Fase do controle político e jurisdicional	1006
11.2. Intervenção estadual nos Municípios	1007
Capítulo 20 — ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	
1. Significado de Administração Pública na Constituição de 1988	1010
2. Decreto-Lei n. 200/67	1012
2.1. Administração direta.....	1012
2.2. Administração indireta	1012
3. Princípios constitucionais da Administração Pública.....	1014
3.1. Princípio da legalidade administrativa.....	1015
3.2. Princípio da impessoalidade administrativa.....	1016
3.3. Princípio da moralidade administrativa.....	1016
3.4. Princípio da publicidade administrativa	1019
3.5. Princípio da eficiência administrativa.....	1019
4. Preceitos constitucionais da Administração Pública.....	1022
5. Agentes públicos na Constituição	1040
5.1. Agentes políticos.....	1040
5.2. Particulares em regime de colaboração com o Poder Público	1041
5.3. Servidores públicos	1041

5.3.1. Servidores públicos no exercício de mandato eletivo	1042
5.3.2. Direitos sociais dos servidores públicos civis	1043
5.3.3. Formação e aperfeiçoamento de servidores públicos.....	1044
5.3.4. Prêmio de produtividade dos servidores públicos.....	1044
5.3.5. Estabilidade e efetividade dos servidores públicos civis.....	1044
5.3.6. Estágio probatório dos servidores públicos civis.....	1045
5.3.7. Perda do cargo do servidor público estável	1048
6. Sistema remuneratório dos agentes públicos	1049
6.1. Regime jurídico único	1049
6.2. Subsídios	1050
6.2.1. Irredutibilidade de subsídios	1052
6.2.2. Preservação do direito adquirido.....	1053
6.3. Teto remuneratório.....	1053
6.4. Regras remuneratórias no âmbito estadual, distrital e municipal	1055
6.5. Regras transitórias da EC n. 41/2003	1055
6.6. Princípio da periodicidade.....	1056
6.7. Vinculação e equiparação de espécies remuneratórias.....	1057
6.8. Proibição do “efeito repicão”.....	1058
6.9. Disponibilidade remunerada.....	1059
7. Aposentadoria dos agentes públicos	1060
7.1. Contribuição de inativos e pensionistas	1062
7.2. Espécies de aposentadoria	1064
a) Aposentadoria por invalidez permanente	1064
a.1) Emenda Constitucional n. 70, de 29 de março de 2012	1065
b) Aposentadoria compulsória.....	1066
c) Aposentadoria voluntária	1067
7.3. Regras para a aposentadoria	1067
8. Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.....	1072

Capítulo 21 — ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

1. Organização constitucional de Poderes	1074
2. Poderes do Estado e defesa das liberdades públicas.....	1076
3. Poder Legislativo	1076
3.1. Congresso Nacional.....	1077
a) Atribuições do Congresso Nacional	1079
a.1) Competência legislativa do Congresso Nacional (CF, art. 48, I a XV).....	1080
a.2) Competência exclusiva do Congresso Nacional (CF, art. 49, I a XVII)	1081
b) Convocação e comparecimento de Ministros de Estado (CF, art. 50, §§ 1º e 2º).....	1085
c) Funcionamento do Congresso Nacional	1086
c.1) Legislatura: significado e período de duração	1086
c.2) Sessões legislativas.....	1087
c.3) Recesso parlamentar	1088
c.4) Deliberações parlamentares.....	1089
c.4.1) Quórum.....	1089
c.4.2) Técnica de positivação constitucional das maiorias.....	1089
d) Voto de liderança e princípio da colegialidade.....	1090
3.2. Câmara dos Deputados.....	1090
a) Eleição de deputados federais no Distrito Federal	1092
b) Sistema proporcional	1092
c) Competência privativa da Câmara dos Deputados.....	1094
3.3. Senado Federal	1095
a) Sistema majoritário.....	1096
b) Competência privativa do Senado Federal.....	1096
3.4. Estatuto dos Congressistas	1101

3.5. Origem e crise das imunidades parlamentares.....	1101
3.6. Disciplina constitucional das imunidades parlamentares.....	1103
3.7. Imunidade material (CF, art. 53, <i>caput</i>).....	1103
a) Como funciona a imunidade material.....	1104
b) Imunidade material após o advento da EC n. 35/2001.....	1105
c) Extensão da imunidade material.....	1106
d) Imunidade material na jurisprudência do STF.....	1106
d.1) Irrenunciabilidade das imunidades.....	1107
d.2) Licenciamento para exercício de cargo no Poder Executivo.....	1107
d.3) Crimes contra a honra.....	1107
d.4) Proteção no exercício do mandato ou em razão dele.....	1108
d.5) Efeitos temporais da imunidade material.....	1110
d.6) Depoimento prestado em CPI.....	1110
d.7) Propaganda eleitoral.....	1111
d.8) Declaração em jornais e insuficiência de provas.....	1111
3.8. Imunidade processual (CF, art. 53, §§ 1º a 5º).....	1111
a) Conteúdo da imunidade processual.....	1111
b) Abrangência da imunidade processual.....	1112
c) Extensão no tempo da imunidade processual.....	1112
d) Imunidade processual na jurisprudência do STF.....	1113
d.1) Prerrogativa de foro em razão da função.....	1114
d.2) Prerrogativa de foro nas infrações penais comuns.....	1115
d.3) Arquivamento da denúncia.....	1115
d.4) Cancelamento da Súmula 394 do STF.....	1115
d.5) Atualidade do mandato e competência do STF.....	1116
d.6) Desnecessidade de licença prévia para o processo de parlamentares.....	1117
d.7) Deliberação do pedido de processo parlamentar à Casa legislativa.....	1118
d.8) Superveniência da EC n. 35/2001.....	1118
e) Pedido de sustação e prescrição suspensa (CF, art. 53, §§ 4º e 5º).....	1120
3.9. Isenção do dever de testemunhar (CF, art. 53, § 6º).....	1121
3.10. Incorporação às Forças Armadas (CF, art. 53, § 7º, <i>c/c</i> o art. 143).....	1121
3.11. Imunidade parlamentar durante o estado de sítio (CF, art. 53, § 8º).....	1122
3.12. Incompatibilidades (CF, art. 54).....	1122
3.13. Perda do mandato parlamentar (CF, art. 55, §§ 1º a 3º).....	1123
3.14. Renúncia do mandato parlamentar (CF, art. 55, § 4º).....	1126
3.14.1. Renúncia de parlamentar extingue a competência do STF.....	1126
3.15. Afastamento do congressista (CF, art. 56, I e II).....	1127
3.16. Suplência parlamentar (CF, art. 56, §§ 1º e 2º).....	1128
3.17. Vencimentos dos parlamentares: competência para fixar subsídios.....	1128
3.18. Comissões parlamentares.....	1129
3.19. Comissões permanentes.....	1131
3.20. Comissões temporárias ou especiais.....	1132
3.21. Comissões mistas.....	1132
3.22. Comissões parlamentares de inquérito.....	1132
a) Para que servem as CPIs.....	1133
b) Quórum de criação das CPIs.....	1134
c) Poderes investigatórios das CPIs.....	1136
c.1) Poderes de investigação próprios das autoridades judiciais.....	1138
d) CPIs podem ordenar prisões?.....	1143
e) Limites constitucionais às CPIs.....	1144
f) Controle judicial das CPIs.....	1146
g) Medidas processuais contra atos das CPIs.....	1147
h) Intimação para depor em CPI.....	1150

i) Duração do inquérito parlamentar e prorrogação do prazo	1153
j) Direito ao silêncio e privilégio contra a autoincriminação	1155
k) Direito ao sigilo e decisão parlamentar fundamentada	1160
l) Prerrogativas profissionais do advogado	1164
m) Contraditório e ampla defesa no inquérito parlamentar	1166
n) Princípio da reserva de jurisdição no inquérito parlamentar	1168
o) Relatório.....	1170
p) Responsabilidade civil ou criminal dos infratores	1171
3.23. Comissão parlamentar representativa	1172
3.24. Processo legislativo.....	1172
3.24.1. Processo legislativo na Constituição de 1988	1173
3.24.2. Classificação do processo legislativo	1175
3.24.3. Fases de elaboração das leis e atos normativos	1175
a) Procedimento legislativo ordinário (ou comum)	1176
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo ordinário: a iniciativa de lei	1176
a.1.1) Iniciativa do Presidente da República (CF, art. 61, § 1º).....	1177
a.1.2) Iniciativa de lei do Poder Judiciário	1182
a.1.3) Iniciativa de lei para fixação do teto salarial	1183
a.1.4) Iniciativa de lei do Ministério Público	1184
a.1.5) Iniciativa popular de lei	1185
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo ordinário: as deliberações	1185
a.2.1) Deliberação parlamentar.....	1185
a.2.1.1) Emenda parlamentar	1188
a.2.1.2) Votação	1188
a.2.1.3) Prazo para deliberação parlamentar	1189
a.2.2) Deliberação executiva.....	1189
a.2.2.1) Sanção.....	1189
a.2.2.2) Veto presidencial	1190
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo ordinário: a certificação e a comunicação.....	1192
a.3.1) Promulgação.....	1192
a.3.2) Publicação	1193
b) Procedimento legislativo sumário.....	1193
c) Procedimento legislativo especial	1194
3.25. Espécies normativas	1195
a) Hierarquia entre as espécies normativas	1195
b) Atributos das espécies normativas	1196
3.25.1. Emendas à Constituição	1197
a) Procedimento legislativo especial das emendas à Constituição.....	1197
a.1) Fase introdutória do procedimento legislativo especial de emenda	1198
a.2) Fase constitutiva do procedimento legislativo especial de emenda.....	1198
a.3) Fase complementar do procedimento legislativo especial de emenda.....	1199
3.25.2. Leis complementares	1199
a) Natureza das leis complementares.....	1199
b) Surgimento das leis complementares no Brasil	1200
c) Diferenças entre leis complementares e leis ordinárias	1200
d) Há hierarquia entre leis complementares e leis ordinárias?.....	1201
e) Procedimento legislativo especial das leis complementares	1201
f) Alcance das leis complementares na visão do STF.....	1201
3.25.3. Leis ordinárias	1202
a) Campo de incidência das leis ordinárias.....	1203
b) Lei ordinária como ato complexo.....	1203
3.25.4. Leis delegadas	1203

a)	Justificativa das leis delegadas.....	1204
b)	Natureza das leis delegadas	1204
c)	Surgimento no Brasil	1204
d)	Procedimento legislativo especial das leis delegadas	1204
e)	Poder congressual de sustar leis delegadas.....	1207
3.25.5.	Medidas provisórias	1207
a)	De onde vieram as medidas provisórias?.....	1208
b)	Medida provisória e decreto-lei: diferenças.....	1209
c)	Questões suscitadas das medidas provisórias	1210
d)	Natureza das medidas provisórias.....	1210
e)	Efeitos imediatos das medidas provisórias	1211
f)	Características das medidas provisórias	1211
f.1)	Excepcionalidade	1211
f.2)	Efemeridade	1211
f.3)	Precariedade	1212
f.4)	Condicionamento.....	1212
g)	Pressupostos constitucionais de admissibilidade	1212
h)	Procedimento elaborativo especial das medidas provisórias	1215
h.1)	Aprovação integral de medidas provisórias	1216
h.2)	Aprovação da medida provisória com modificações pelo Congresso Nacional	1218
h.3)	Rejeição expressa da medida provisória pelo Congresso Nacional.....	1219
h.4)	Rejeição tácita da medida provisória pelo Congresso Nacional	1220
i)	Medida provisória já editada: obrigatoriedade de apreciação do Congresso Nacional	1221
j)	Medidas provisórias editadas antes da publicação da EC n. 32/2001.....	1221
k)	Medida provisória e lei anterior a ela.....	1222
l)	Consequências da conversão de medida provisória em lei	1222
m)	Governadores e prefeitos podem expedir medidas provisórias?	1223
n)	Proibições materiais constitucionais à edição de medidas provisórias.....	1225
n.1)	Proibição do art. 246 da Carta de 1988	1225
n.2)	Proibição em matéria reservada à lei delegada	1226
n.3)	Proibição do art. 62, § 1º, II, da Carta de 1988.....	1226
n.4)	Proibição em matéria reservada à lei complementar	1226
n.5)	Proibição do art. 62, § 1º, IV, da Carta de 1988	1227
n.6)	Proibição em matéria tributária.....	1227
n.7)	Proibição em matéria penal.....	1229
o)	O § 6º do art. 62 da CF aplica-se, apenas, aos projetos de lei ordinária.....	1229
3.25.6.	Decretos legislativos.....	1230
a)	Procedimento legislativo especial de formação dos decretos legislativos	1231
b)	Decretos legislativos em face dos atos e tratados internacionais	1231
c)	Características da incorporação dos atos e tratados via decreto legislativo	1231
3.25.7.	Resoluções	1232
a)	Natureza e efeitos das resoluções	1232
b)	Campo de incidência das resoluções	1233
c)	Espécies de resolução	1233
d)	Procedimento legislativo especial de formação das resoluções.....	1233
4.	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária.....	1233
4.1.	Função fiscalizatória na Constituição	1234
4.2.	Modalidades de fiscalização	1235
4.3.	Formas de controle	1235
a)	Controle externo	1235
b)	Controle interno (ou autocontrole)	1235
4.4.	Quem deve prestar contas?.....	1236
4.5.	Participação popular no controle externo da Administração Pública	1236

4.6. Tribunais de Contas.....	1236
a) Missão dos Tribunais de Contas	1237
b) Tribunais de Contas perante as leis inconstitucionais	1237
4.7. Tribunal de Contas da União.....	1237
a) Composição do Tribunal de Contas da União.....	1238
b) Competências do Tribunal de Contas da União	1239
4.8. Tribunais de Contas estaduais, distrital e municipais.....	1241
4.9. Tribunal de Contas e rejeição das contas do Chefe do Executivo.....	1244
5. Poder Executivo.....	1244
5.1. Presidencialismo	1245
5.2. Presidente da República: chefe de Estado e chefe de governo	1246
5.3. Vice-Presidente da República.....	1248
5.4. Eleição e posse do Presidente e do Vice-Presidente da República.....	1249
5.5. Vacância da Presidência da República	1252
5.6. Substitutos e sucessores do Presidente da República	1252
a) Substitutos do Presidente da República.....	1252
b) Sucessão presidencial na hipótese de vacância definitiva.....	1253
5.7. Ausência do Brasil por mais de quinze dias: perda do mandato presidencial.....	1253
5.8. Atribuições privativas do Presidente da República.....	1254
a) Princípio da delegação de competência presidencial.....	1254
5.9. Responsabilidade do Presidente da República	1254
5.9.1. Crimes de responsabilidade do Presidente da República.....	1255
a) Que são crimes de responsabilidade?.....	1255
b) Crimes de responsabilidade: infrações constitucionais ou político-administrativas ..	1256
c) Crimes de responsabilidade: natureza e caracteres	1257
d) Surgimento e evolução dos crimes de responsabilidade no Brasil.....	1258
e) Crimes de responsabilidade na Constituição de 1988	1258
f) Crimes de responsabilidade: processo e julgamento.....	1259
g) Imunidade presidencial: cláusula de irresponsabilidade penal relativa.....	1260
5.9.2. Crimes comuns do Presidente da República.....	1261
5.9.3. Competência para julgar crimes comuns e de responsabilidade	1262
5.10. <i>Impeachment</i> do Presidente da República	1265
a) Origem do <i>impeachment</i>	1265
b) Evolução do <i>impeachment</i> no Brasil	1266
c) Perfil do <i>impeachment</i> na Constituição de 1988.....	1266
d) Desenvolvimento do processo de <i>impeachment</i>	1269
e) Pena de inabilitação por oito anos.....	1270
f) <i>Impeachment</i> e condenação criminal	1271
g) Renúncia e extinção do <i>impeachment</i>	1271
5.11. Poder Executivo federal, estadual, distrital, municipal e territorial.....	1272
a) Governador e vice-governador: dupla vacância e possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa.....	1274
5.12. Órgãos auxiliares do Presidente da República.....	1276
a) Ministros de Estado.....	1277
b) Conselho da República	1279
c) Conselho de Defesa Nacional	1279
6. Poder Judiciário	1280
6.1. Funções típicas e atípicas do Poder Judiciário.....	1280
6.2. Estatuto da Magistratura — reserva de lei complementar federal	1282
6.3. Princípios constitucionais-estatutários da magistratura.....	1283
6.4. Regra do quinto constitucional.....	1285
6.5. Garantias do Poder Judiciário	1286
a) Garantias institucionais da magistratura	1287
a.1) Autonomia orgânico-administrativa do Poder Judiciário.....	1287

a.1.1) O art. 102 da Lei Complementar n. 35/1979 foi recepcionado pela Carta de 1988?	1290
a.2) Autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Poder Judiciário.....	1291
a.2.1) Princípio do autogoverno da magistratura	1291
b) Garantias funcionais da magistratura	1292
b.1) Garantias funcionais de liberdade	1292
b.1.1) Vitaliciedade	1293
b.1.2) Inamovibilidade.....	1293
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1293
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade.....	1294
6.6. Precatórios judiciais	1295
a) Obrigatoriedade da inclusão do precatório no orçamento dos entes públicos	1298
b) Débitos de natureza alimentícia	1298
c) Consignação ao Poder Judiciário de dotações e créditos	1300
d) Regra das obrigações definidas em leis como de pequeno valor	1300
e) Análise da Emenda Constitucional n. 62/2009.....	1301
e.1) Teor do art. 100 da Constituição Federal após o advento da EC n. 62/2009	1305
e.2) Ações diretas de inconstitucionalidade contra a EC n. 62/2009: entendimento do STF.....	1306
6.7. Órgãos do Poder Judiciário.....	1308
6.8. Supremo Tribunal Federal.....	1310
a) Supremo Tribunal Federal e a Suprema Corte dos Estados Unidos.....	1312
b) Supremo Tribunal Federal: Corte Constitucional do Brasil?.....	1313
c) Composição do Supremo Tribunal Federal	1314
d) Competências do Supremo Tribunal Federal.....	1315
d.1) Princípio da taxatividade constitucional das competências do STF.....	1316
d.1.1) Desmembramento do processo do “Mensalão” (AP 470/MG).....	1318
d.2) Competência originária do Supremo Tribunal Federal.....	1320
d.3) Competência recursal do Supremo Tribunal Federal.....	1326
d.3.1) Recurso ordinário constitucional.....	1326
d.3.2) Recurso extraordinário.....	1327
d.3.2.1) Repercussão geral das questões constitucionais.....	1329
d.3.2.1.1) Não cabe recurso no STF para solucionar equívocos na aplicação da repercussão geral.....	1331
d.3.2.2) Recurso extraordinário nas causas decididas em única ou última instância	1331
e) Súmula vinculante	1335
6.8.1. Conselho Nacional de Justiça	1350
a) Composição do Conselho Nacional de Justiça.....	1352
b) Competência do Conselho Nacional de Justiça.....	1353
c) Controle dos atos do Conselho Nacional de Justiça	1355
6.9. Superior Tribunal de Justiça.....	1356
a) Composição do Superior Tribunal de Justiça.....	1356
b) Competências do Superior Tribunal de Justiça.....	1357
b.1) Competência originária do Superior Tribunal de Justiça	1358
b.2) Competência recursal do Superior Tribunal de Justiça.....	1361
b.2.1) Recurso ordinário para o STJ.....	1361
b.2.2) Recurso especial.....	1362
b.2.2.1) Arguição de inconstitucionalidade em recurso especial.....	1365
b.2.2.2) Recurso especial e tutela de princípio geral de direito.....	1366
c) Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados.....	1366
d) Conselho da Justiça Federal	1366
6.10. Tribunais Regionais Federais e juízes federais	1367
a) Órgãos da Justiça Federal.....	1368

a.1) Tribunais Regionais Federais	1368
a.1.1) Composição dos Tribunais Regionais Federais.....	1368
a.1.2) Competências dos Tribunais Regionais Federais.....	1369
a.1.2.1) Competência originária dos Tribunais Regionais Federais	1370
a.1.2.2) Competência recursal dos Tribunais Regionais Federais	1371
a.2) Juízes federais.....	1371
a.2.1) Organização da Justiça Federal de primeiro grau.....	1371
a.2.2) Competência dos juízes federais.....	1371
a.2.3) Regras complementares de competência dos juízes federais	1375
6.11. Tribunais e juízes do trabalho	1376
a) Organização da Justiça do Trabalho	1376
a.1) Tribunal Superior do Trabalho	1377
a.2) Tribunais Regionais do Trabalho	1378
a.3) Juízes do trabalho.....	1379
b) Competência da Justiça do Trabalho.....	1379
b.1) Amplitude do art. 114 da Constituição Federal.....	1380
b.2) Desdobramento do art. 114 da Constituição Federal.....	1381
6.12. Tribunais e juízes eleitorais.....	1385
a) Órgãos da Justiça Eleitoral.....	1385
a.1) Tribunal Superior Eleitoral.....	1385
a.2) Tribunais Regionais Eleitorais.....	1386
a.3) Juízes e Juntas Eleitorais	1387
6.13. Tribunais e juízes militares.....	1388
a) Órgãos da Justiça Militar.....	1388
a.1) Superior Tribunal Militar	1389
a.2) Tribunais e juízes militares.....	1389
6.14. Tribunais e juízes dos Estados	1390
a) Princípios organizatórios da Justiça comum	1390
b) Usurpação de iniciativa reservada.....	1391
c) Competência dos Tribunais de Justiça.....	1391
d) Organização da Justiça Militar estadual.....	1392
6.15. Juizados especiais.....	1394
a) Fundamento constitucional dos juizados especiais	1394
b) Juizados cíveis e criminais.....	1395
c) Distinção entre juizados especiais e juizados de pequenas causas	1395
d) Procedimento sumariíssimo	1396
e) Juizados especiais no âmbito da Justiça Federal	1396
6.16. Juizados de paz	1396

Capítulo 22 — FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

1. Que são funções essenciais à Justiça?	1399
2. Ministério Público	1400
2.1. Origem do Ministério Público.....	1400
2.2. Surgimento do Ministério Público no Brasil	1401
2.3. Evolução do Ministério Público nas Constituições brasileiras.....	1401
2.4. Ministério Público na Constituição de 1988.....	1402
2.5. Posição institucional do Ministério Público	1404
2.6. Natureza administrativa das funções do Ministério Público	1405
2.7. Princípios institucionais do Ministério Público	1405
a) Unidade.....	1406
b) Indivisibilidade.....	1406
c) Independência funcional	1406
c.1) Autonomia funcional e administrativa do Ministério Público.....	1407
c.2) Autonomia orçamentária e financeira do Ministério Público	1408

2.8. Organização constitucional do Ministério Público.....	1409
a) Ministério Público da União: nomeação e destituição do Procurador-Geral da República..	1409
b) Ministérios Públicos dos Estados, Distrito Federal e Territórios: nomeação e destituição do Procurador-Geral de Justiça.....	1411
2.9. Ingresso na carreira do Ministério Público.....	1412
2.10. Garantias do Ministério Público.....	1414
a) Garantias institucionais do Ministério Público.....	1415
b) Garantias funcionais do Ministério Público.....	1415
b.1) Garantias funcionais de liberdade.....	1415
b.1.1) Vitaliciedade.....	1415
b.1.2) Inamovibilidade.....	1416
b.1.3) Irredutibilidade de subsídio.....	1417
b.2) Garantias funcionais de imparcialidade.....	1417
2.11. Funções institucionais do Ministério Público.....	1419
a) Funções ministeriais previstas na Constituição Federal.....	1420
a.1) Legitimidade do Ministério Público para propor ações civis.....	1422
a.2) O Ministério Público tem poder de investigação criminal?.....	1422
a.2.1) Posicionamento do Supremo Tribunal Federal.....	1424
b) Funções ministeriais previstas na Lei n. 8.625/93.....	1428
2.12. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União.....	1428
a) Ministério Público junto aos Tribunais de Contas estaduais.....	1429
2.13. Conselho Nacional do Ministério Público.....	1429
a) Composição do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1430
b) Competência do Conselho Nacional do Ministério Público.....	1431
3. Advocacia Pública.....	1431
3.1. Advocacia-Geral da União.....	1431
3.2. Procuradorias dos Estados e do Distrito Federal.....	1433
4. O profissional da advocacia.....	1434
4.1. Mandamentos do advogado.....	1436
4.2. Princípio constitucional da indispensabilidade do advogado.....	1436
4.3. Inviolabilidade do advogado.....	1437
4.4. Habilitação e exercício da advocacia.....	1439
4.5. Livre ingresso em repartições públicas.....	1439
4.6. Natureza jurídica dos honorários advocatícios.....	1439
4.7. Inconstitucionalidade da atuação da OAB no lugar da Defensoria Pública.....	1440
5. Defensoria Pública.....	1440
5.1. Essencialidade da Defensoria Pública.....	1440
5.1.1. Perfil constitucional dos Defensores Públicos.....	1441
5.1.2. Emenda Constitucional n. 80, de 4 de junho de 2014.....	1442
a) <i>Locus</i> Constitucional.....	1442
b) <i>Status</i> de permanência.....	1443
c) Princípios institucionais da Defensoria Pública.....	1443
d) A terminologia “aplicando-se no que couber”.....	1443
e) A “PEC das Comarcas” e o prazo de 8 anos.....	1444
5.2. Organização da Defensoria Pública: Lei Complementar n. 132, de 7-10-2009.....	1444

Capítulo 23 — DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS

1. Equilíbrio e estabilidade na ordem constitucional.....	1447
1.1. Defesa do Estado.....	1447
1.2. Defesa das instituições democráticas.....	1447
2. Sistema constitucional de crises.....	1448
2.1. Medidas excepcionais das situações de crise: estados de defesa e de sítio.....	1448
2.1.1. O estado de defesa (CF, art. 136, §§ 1º a 7º).....	1450
a) Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1450

b) Prisão no estado de defesa.....	1451
c) O estado de defesa sujeita-se aos controles jurisdicional e político.....	1451
2.1.2. O estado de sítio (CF, arts. 137 a 139).....	1452
a) Pressupostos materiais e formais de decretação.....	1452
b) Tipos de estado de sítio.....	1453
c) Efeitos da decretação do estado de sítio.....	1453
d) O estado de sítio também se sujeita aos controles jurisdicional e político.....	1453
2.1.3. Diferenças entre o estado de defesa e o estado de sítio.....	1454
2.1.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio (CF, arts. 140 e 141).....	1455
3. Forças Armadas.....	1455
3.1. Importância das Forças Armadas.....	1455
3.2. Composição das Forças Armadas.....	1456
3.3. Instituições nacionais, permanentes e regulares.....	1456
3.4. Hierarquia e disciplina.....	1456
3.5. Provisões constitucionais das Forças Armadas (CF, arts. 142 e 143).....	1457
4. Segurança pública.....	1460
4.1. Órgãos da segurança pública (CF, art. 144, I a V).....	1461
5. Emenda Constitucional n. 60, de 11-11-2009.....	1463

Capítulo 24 — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO

1. Bases constitucionais da tributação.....	1464
2. Componentes do sistema constitucional tributário.....	1466
2.1. Impostos (CF, arts. 145, I, e 153 a 156).....	1467
2.1.1. Impostos federais: competência da União.....	1467
2.1.2. Impostos estaduais/distritais: competência dos Estados e do Distrito Federal.....	1470
2.1.3. Impostos municipais: competência dos Municípios.....	1471
2.2. Taxas (CF, art. 145, II).....	1473
2.3. Empréstimos compulsórios (CF, art. 148).....	1475
2.4. Contribuições especiais (arts. 145, III, e 149).....	1476
3. Prevenção de conflitos tributários.....	1479
3.1. Lei complementar tributária.....	1479
3.1.1. Normas gerais em matéria tributária.....	1479
4. Limitações constitucionais ao poder de tributar.....	1482
4.1. Imunidades.....	1483
4.2. Vedação de privilégios odiosos.....	1486
4.3. Princípios constitucionais tributários.....	1489
4.3.1. Princípios constitucionais tributários expressos.....	1489
a) Princípio da legalidade tributária (art. 150, I).....	1490
b) Princípio da igualdade tributária (art. 150, II).....	1490
c) Princípio da capacidade contributiva (art. 145, § 1º).....	1490
d) Princípio da irretroatividade da lei tributária (art. 150, III, <i>a</i>).....	1491
e) Princípio da anterioridade tributária (art. 150, III, <i>b</i>).....	1491
f) Princípio da carência tributária (art. 150, III, <i>c</i>).....	1493
g) Princípio da proibição de confisco (art. 150, IV).....	1494
h) Princípio da liberdade de tráfico (art. 150, V).....	1494
4.3.2. Princípios constitucionais tributários decorrentes.....	1495
a) Princípio da universalidade (art. 153, § 2º, I).....	1495
b) Princípio da destinação pública dos tributos (art. 145).....	1495
c) Princípio da não surpresa (art. 5º, II, <i>c/c</i> o art. 150, I).....	1495
4.3.3. Princípios constitucionais tributários vedatórios.....	1497
a) Princípio da uniformidade tributária (art. 151, I).....	1497
b) Princípio da limitação de rendas (art. 151, II).....	1497
c) Princípio do poder de isenção (art. 151, III).....	1497
d) Princípio da não diferenciação tributária (art. 152).....	1497

4.3.4. Princípios constitucionais tributários específicos.....	1497
a) Princípio da progressividade (arts. 153, § 2º, I; 156, § 1º; 182, § 4º, II).....	1498
b) Princípio da não cumulatividade do imposto (arts. 153, IV, § 3º, II; 155, II, § 2º, I).....	1498
c) Princípio da seletividade do imposto (art. 153, IV, e § 3º, I).....	1499
5. Repartição das receitas tributárias.....	1499

Capítulo 25 — FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTO

1. Colocação da matéria.....	1502
2. Finanças públicas.....	1502
2.1. Normas gerais sobre finanças públicas.....	1503
2.2. Banco Central.....	1503
3. Orçamento.....	1504
3.1. Orçamento público na Constituição de 1988.....	1505
3.2. Organização dos orçamentos públicos.....	1506
a) Receita pública.....	1506
b) Despesa pública.....	1506
3.3. Espécies de orçamento público e as leis de iniciativa do Executivo.....	1508
a) Lei complementar financeira.....	1508
b) Lei plurianual.....	1509
c) Lei de diretrizes orçamentárias.....	1509
d) Lei orçamentária anual.....	1510
3.4. Orçamento-programa.....	1511
a) Orçamento-programa na Constituição de 1988.....	1512
3.5. Princípios constitucionais orçamentários.....	1512
a) Princípio constitucional da universalidade orçamentária.....	1513
b) Princípio constitucional da unidade orçamentária.....	1513
c) Princípio constitucional da programação orçamentária.....	1514
d) Princípio constitucional da pureza orçamentária.....	1514
e) Princípio constitucional do equilíbrio orçamentário.....	1515
f) Princípio constitucional da legalidade orçamentária.....	1515
g) Princípio constitucional da anualidade orçamentária.....	1515
h) Princípio constitucional da plurianualidade das despesas de investimento.....	1516
i) Princípio constitucional da não afetação da receita.....	1517
j) Princípio constitucional da quantificação dos créditos orçamentários.....	1517
3.6. Elaboração das leis orçamentárias.....	1517
3.7. Apreciação das leis orçamentárias.....	1518
3.8. Apresentação de emendas ao projeto das leis orçamentárias.....	1519
3.9. Rejeição do projeto da lei orçamentária anual.....	1520

Capítulo 26 — ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA

1. Significado e amplitude.....	1521
2. Constituição econômica.....	1521
3. Ordenamento econômico composto e interpretação da ordem econômica.....	1522
4. Princípios gerais da atividade econômica.....	1523
5. Normas constitucionais da atividade econômica.....	1526
5.1. Remessa de lucros (CF, art. 172).....	1526
5.2. Exploração direta de atividade econômica (CF, art. 173).....	1527
5.3. Intervenção do Estado no domínio econômico (CF, art. 174).....	1531
5.4. Exploração de serviços públicos (CF, art. 175).....	1532
5.5. Exploração dos recursos minerais e energia hidráulica (CF, art. 176).....	1534
5.6. Monopólios (CF, art. 177).....	1535
5.7. Ordenação de transportes (CF, art. 178).....	1537
5.8. Microempresas e empresas de pequeno porte (CF, art. 179).....	1538
5.9. Incentivo ao turismo (CF, art. 180).....	1539

5.10. Requisição de documento ou informação comercial (CF, art. 181)	1539
6. Política urbana.....	1539
6.1. Normas constitucionais da política urbana.....	1540
a) Política de desenvolvimento urbano (CF, art. 182).....	1540
b) Usucapião pró-moradia (CF, art. 183)	1542
7. Política agrícola, fundiária e reforma agrária	1543
7.1. Política agrícola	1544
7.2. Política fundiária	1544
a) Alienação ou concessão de terras públicas (CF, art. 188, § 1º).....	1545
b) Distribuição de imóveis rurais (CF, art. 189)	1545
c) Aquisição ou arrendamento de propriedade rural (CF, art. 190).....	1546
d) Usucapião <i>pro labore</i> (CF, art. 191).....	1546
7.3. Reforma agrária	1547
a) Títulos da dívida agrária (CF, art. 184, <i>caput</i>)	1549
b) Indenização das benfeitorias úteis e necessárias (CF, art. 184, § 1º).....	1550
c) Decreto expropriatório (CF, art. 184, § 2º).....	1552
d) Procedimento contraditório especial (CF, art. 184, § 3º)	1553
e) Previsão orçamentária dos TDAs (CF, art. 184, § 4º).....	1553
f) Imunidade tributária (CF, art. 184, § 5º).....	1553
8. Sistema financeiro nacional	1553
8.1. Emenda Constitucional n. 40/2003 e o art. 192 da Constituição	1554
8.2. Irretroatividade da EC n. 40/2003.....	1555
8.3. Desconstitucionalização via EC n. 40/2003.....	1555
8.4. Revogação dos incisos, alíneas e parágrafos do art. 192	1555
8.5. Missão do Poder Judiciário em face da EC n. 40/2003	1556
8.6. Enquanto as leis complementares não forem editadas	1556
8.7. Limite da taxa de juros: perdura a discussão após a EC n. 40/2003?.....	1557
a) Limite da taxa de juros: polêmica que não precisava existir	1558
b) Limite da taxa de juros em face do estado permanente de mora legislativa	1560
c) Posições de vanguarda no Poder Judiciário.....	1560
8.8. Juros no Superior Tribunal de Justiça.....	1561
a) Cobrança de juros além do limite de 12% ao ano	1562
b) Cédulas de crédito rural, comercial e industrial.....	1562
c) Cobrança cumulada de juros remuneratórios e moratórios.....	1563
d) Cobrança de juros remuneratórios e comissão de permanência	1563
e) Cobrança da comissão de permanência pela taxa de mercado.....	1563
f) Substituição da taxa mensal de juros pela taxa Selic.....	1564
g) Uso da TR como índice de correção monetária.....	1564
h) Relações jurídicas nos contratos entre bancos e consumidores.....	1564

Capítulo 27 — ORDEM SOCIAL

1. Significado.....	1565
2. Seguridade social	1565
2.1. Objetivos da seguridade social	1566
2.2. Financiamento da seguridade social	1567
3. Saúde.....	1568
3.1. Diretrizes constitucionais das ações e serviços públicos de saúde	1570
3.2. Atribuição constitucional do Sistema Único de Saúde.....	1571
3.2.1. Agentes de saúde e agentes de combate às endemias na Emenda Constitucional n. 63/2010.	1574
3.3. Remoção de órgãos, tecidos e substâncias humanas.....	1574
3.4. Direito à saúde e políticas públicas	1575
4. Previdência social.....	1576
4.1. Organização da previdência social.....	1576
4.2. Vedações constitucionais previdenciárias.....	1578

a) Proibição de diferenciações (CF, art. 201, § 1º)	1578
b) Proibição de benefício inferior ao salário mínimo (CF, art. 201, § 2º).....	1578
c) Proibição de desatualização das contribuições (CF, art. 201, § 3º)	1578
d) Proibição aos “segurados facultativos” (CF, art. 201, § 5º)	1579
4.3. Regras constitucionais para a aposentadoria.....	1579
4.4. Previdência privada de caráter complementar.....	1583
5. Assistência social.....	1584
5.1. Perfil da assistência social na Carta de 1988.....	1585
5.2. Ações governamentais.....	1585
6. Educação, cultura e desporto	1586
6.1. Educação.....	1587
6.1.1. Educação como programa constitucional.....	1587
6.1.2. Princípios constitucionais do ensino	1588
6.1.2.1. Taxa de matrícula, gratuidade do ensino público e Súmula vinculante n. 12	1590
6.1.3. Autonomia universitária	1591
6.1.4. Garantias constitucionais da educação	1594
6.1.5. Educação infantil: obrigação constitucional do Município (CF, art. 208, IV).....	1596
6.1.6. Sistemas de ensino.....	1596
6.1.7. Financiamento do ensino público.....	1597
6.1.8. Destinação dos recursos públicos no setor educativo.....	1598
6.1.9. Plano decenal de educação.....	1599
6.2. Cultura.....	1599
6.2.1. Direitos constitucionais culturais.....	1600
6.2.2. Patrimônio cultural brasileiro	1601
6.2.3. Sistema Nacional de Cultura: a EC n. 71, de 29-11-2012	1603
6.3. Desporto	1604
6.3.1. Justiça desportiva.....	1604
a) Justiça desportiva.....	1604
b) Princípio do esgotamento da instância administrativa de curso forçado	1605
c) Não compete à Justiça desportiva processar e julgar questões trabalhistas.....	1605
d) Membros do Poder Judiciário não podem exercer funções na Justiça desportiva....	1606
e) Súmula vinculante n. 2 e a proibição de funcionamento das casas de bingos.....	1606
f) Estatuto de Defesa do Torcedor	1607
7. Ciência e tecnologia.....	1607
8. Comunicação social.....	1608
8.1. Liberdade de comunicação social	1609
8.2. Limitações constitucionais à liberdade de comunicação social.....	1610
8.3. Princípios constitucionais dos meios de comunicação	1612
8.4. Propriedade de empresa jornalística, de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1612
8.5. Renovação dos serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens.....	1612
8.6. Comunicação social e direito de antena	1613
9. Meio ambiente	1614
9.1. Meio ambiente ecologicamente equilibrado	1616
9.2. Encargos do Poder Público na preservação ambiental.....	1618
9.3. Normas assecuratórias do bem ambiental.....	1620
10. A família, a criança, o adolescente, o jovem e o idoso.....	1622
10.1. Família como base da sociedade.....	1622
10.1.1. Regras constitucionais das relações familiares.....	1624
10.1.2. Regras constitucionais do casamento	1625
10.1.3. Emenda Constitucional do divórcio	1626
10.1.4. União entre pessoas do mesmo sexo: posição do STF.....	1630
10.1.5. Realização, pelo SUS, de cirurgias de transgenitalização.....	1632
10.2. Proteção constitucional às crianças, aos adolescentes e aos jovens.....	1632
10.3. Amparo constitucional aos idosos.....	1635

10.3.1. Estatuto do Idoso: implementação do programa constitucional	1636
a) Objetivo do Estatuto do Idoso (art. 1 ^o)	1636
b) Extensão de direitos (art. 2 ^o).....	1636
c) Princípio da solidariedade (art. 3 ^o).....	1636
d) Garantia de prioridade no atendimento (art. 3 ^o , parágrafo único).....	1637
e) Direito ao envelhecimento saudável (arts. 8 ^o a 10).....	1637
f) Direito ao sustento (arts. 11 a 14).....	1637
g) Direito à saúde (arts. 15 a 19).....	1637
h) Gratuidade do transporte público (arts. 39 a 42)	1638
i) Fiscalização do atendimento aos idosos (arts. 48 a 50)	1639
j) Obrigações das entidades de atendimento (art. 50)	1640
k) Prioridade na tramitação de procedimentos judiciais (art. 71).....	1641
11. Índios.....	1641
11.1. Tutela constitucional do indigenato	1641
11.2. Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1642
11.3. Usufruto exclusivo	1643
11.4. Mineração em terras indígenas.....	1644
11.5. Princípio da irremovibilidade dos índios.....	1644
11.6. Ocupação, domínio e posse das terras indígenas	1644
11.7. Demarcação das terras indígenas.....	1644
11.7.1. Demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol.....	1646
11.8. Defesa dos direitos e interesses dos índios	1651
11.9. Competência do STF e das Justiças Federal e Civil nas questões indígenas.....	1651
Capítulo 28 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS GERAIS	
1. Significado.....	1653
2. Conteúdo das disposições constitucionais gerais	1654
3. Vedações à União (art. 234).....	1654
4. Criação de Estado (art. 235, I a XI)	1654
5. Serviços notariais e de registro (art. 236, §§ 1 ^o a 3 ^o).....	1656
6. Fiscalização e controle sobre comércio exterior (art. 237).....	1658
7. Venda e revenda de combustíveis (art. 238)	1659
8. Arrecadação do PIS/PASEP (art. 239)	1659
9. Ressalva às contribuições compulsórias (art. 240)	1660
10. Disciplina legal dos consórcios e convênios de cooperação (art. 241)	1660
11. Exceção ao princípio da gratuidade do ensino público (art. 242)	1661
12. Expropriação de glebas pelo cultivo de plantas psicotrópicas (art. 243)	1661
13. Acesso adequado aos portadores de deficiência (art. 244).....	1662
14. Assistência aos herdeiros e dependentes de vítimas de crime doloso (art. 245).....	1662
15. Proibição a medidas provisórias (art. 246).....	1663
16. Previsão legal de critérios para perda de cargos públicos (art. 247)	1663
17. Observância ao teto remuneratório (art. 248)	1664
18. Fundos de contribuições, bens, direitos e ativos (arts. 249 e 250)	1664
Capítulo 29 — DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS	
1. Significado.....	1665
2. Natureza jurídica	1665
3. <i>Locus</i> das disposições constitucionais transitórias	1666
4. Objetivo das disposições constitucionais transitórias.....	1667
5. Disposições transitórias e princípio da recepção	1667
6. Disposições transitórias e emendas constitucionais.....	1668
Bibliografia.....	1671
Índice remissivo.....	1699